

## Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.S.Ss o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 30 de Junho de 2013 e 2012.

### Cenário Mundial

Nos primeiros meses do semestre de 2013 prevaleceu a manutenção de um ritmo moderado de crescimento da atividade econômica e a continuidade de uma estratégia de política monetária acomodada por parte dos principais bancos centrais. De um lado as economias desenvolvidas exibiram sinais de melhora enquanto as economias emergentes começaram a desacelerar de forma mais consistente.

A partir de maio, houve uma mudança no cenário, com a melhor perspectiva para a economia americana. O FED (Banco Central Americano) sinalizou que poderá reduzir os estímulos monetários antes do originalmente previsto. Ainda que isto implique, em princípio, apenas uma redução da acomodação marginal da política monetária, os resultados foram a elevação das taxas de juros americanas de longo prazo e o fortalecimento do dólar. Com esta reprecificação dos prêmios de risco e a consequente alta das volatilidades, os mercados emergentes foram severamente afetados. Nos últimos anos, com a manutenção das taxas de juros dos países desenvolvidos, em patamares historicamente muito baixos, ocorreu uma forte procura por títulos de países emergentes. Com o questionamento dos mercados sobre as mudanças nas atuais condições de liquidez, as classes de ativos que foram mais beneficiadas com os fluxos tendem a sofrer mais a desalavancagem das posições, levando à volta dos fluxos de capital aos EUA e à queda dos preços dos ativos financeiros nos países emergentes. Na Zona do Euro, os dados de atividade seguiram mostrando uma melhora gradual. Nossa expectativa é de que o segundo trimestre marque o fim da recessão, conforme sinalizado pelos indicadores de atividade industrial dos últimos meses. O ECB recentemente afirmou que irá manter as taxas de juros extremamente baixas por um período prolongado.

No que diz respeito à economia chinesa, a queda das exportações, a desaceleração do investimento industrial e a incapacidade da forte expansão de crédito, reforçaram a leitura de menor crescimento global e, cresceu 7,5% no primeiro semestre de 2013. Os dados econômicos divulgados sinalizam que a economia passa por uma desaceleração gradual e que deve persistir durante o ano de 2013. Esses dados ocasionaram uma onda de revisão baixista para a projeção do PIB este ano para 7%. O governo vê a possibilidade de implementar estímulos fiscais ao invés de estímulos monetários para afastar a possibilidade do PIB ficar abaixo de 7% neste ano. Para os próximos meses, a trajetória dos mercados globais será sinalizada pela recuperação da economia americana, em especial do mercado de trabalho. A continuidade da expressiva recuperação do mercado imobiliário e a significativa recuperação da riqueza das famílias, são elementos importantes que dão sustentabilidade para a expectativa de demanda privada. Caso confirme esse cenário mais positivo, o FED poderá dar o prosseguimento ao ajuste já sinalizado na estratégia de política monetária. O FED reagirá de acordo com a evolução do cenário econômico e das condições financeiras e monetárias.

No caso da economia brasileira, o PIB do primeiro trimestre cresceu apenas em 0,6% em relação ao trimestre anterior, com o ritmo abaixo do esperado. O consumo, principal motor da economia nos últimos anos, cresceu apenas 0,1%. O fraco desempenho da economia não afetou o mercado de trabalho que continua em seu menor nível histórico de desemprego. A inflação continua resistente e elevada e termos que lidar com fontes de financiamento externo mais instáveis nos próximos meses com a mudança do cenário externo.

Neste semestre as contas externas apresentaram o déficit de US\$ 43,478 bilhões, um recorde histórico. A conta corrente tem sido afetada pelo fraco desempenho da balança comercial do país que, registrou saldo negativo de US\$ 3.052 bilhões, ante superávit de US\$ 7.063 bilhões entre janeiro e junho de 2012. Além da atividade econômica interna e mundial mais fraca, a redução das exportações e aumento das importações de petróleo e derivados também afetaram o comércio internacional do Brasil. A conta de serviços (viagens internacionais, transportes, aluguel de equipamentos, seguros, entre outros) ficou negativa em US\$ 22,158 bilhões, enquanto a de rendas (remessas de lucros e dividendos, pagamentos de juros e salários) registrou déficit de US\$ 19,770 bilhões, nos seis meses do ano. O ingresso líquido de transferências unilaterais correntes (doações e remessas de dólares que o país faz para o exterior ou recebe de outros países, sem contrapartida de serviços ou bens) ficou em US\$ 1,542 bilhão. Os dados do BC também mostram que o investimento estrangeiro direto, que vai para o setor produtivo da economia, chegou a US\$ 30,027 bilhões. Nos seis meses do ano, esses investimentos não foram suficientes para cobrir completamente o saldo negativo em transações correntes.

Na política monetária, o Banco Central deu continuidade ao ciclo gradual de inflação monetária. A nossa projeção é que este ciclo de aperto terá como objetivo principal ancorar as expectativas de inflação em um patamar próximo a 5,6% e a taxa Selic no final de 2013 deverá fechar em torno de 9,25% a.a. a 9,5% a.a. Projetamos o crescimento do PIB entre 2,00% a 2,5% em 2013. Nas contas externas, a projeção é de um ingresso de US\$ 60 bilhões em investimentos diretos enquanto o déficit em conta corrente é de US\$ 76 bilhões.

No mercado de câmbio, acreditamos que o banco central continuará intervindo, principalmente com os leilões de swaps. No médio prazo, a velocidade de deterioração do déficit em conta corrente, a maior instabilidade dos fluxos de capitais e a evolução dos termos de trocas devem justificar uma taxa de câmbio efetiva mais depreciada.

### Histórico

O Banco Rendimento S/A, Banco Comercial com carteira de câmbio, crédito, financiamento, repasses, BNDES, CDC, investimentos e operações estruturadas, integra o Conglomerado Rendimento que compreende, ainda, as instituições financeiras BBN - Banco Brasileiro de Negócios, Cotação DIVM S/A e Action S/A DIVM. O Banco Rendimento e empresas do grupo têm a missão de liderar o mercado de câmbio negociando em espécie, e o segmento de pequenas e médias empresas, com produtos e serviços inovadores e criativos, prestando um atendimento diferenciado e com qualidade para superar, sempre, as expectativas de nossos clientes.

### Índice da Baseia

Segundo a Resolução 3.490/07 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a apuração do patrimônio de referência exigido, demonstramos a seguir o comportamento do índice em referência durante o semestre de 2013, revelando o enquadramento do Banco Rendimento nos atuais 11%, definido pelo órgão regulador, inclusive com relativa margem de suficiência.

2013	Patrimônio de Referência	Patrimônio de Referência Exigido	Índice Baseia
<b>Janeiro</b>	181.561	133.101	15,00%
<b>Fevereiro</b>	181.364	126.635	15,75%
<b>Março</b>	183.673	126.862	15,93%
<b>Abril</b>	186.741	127.645	16,09%
<b>Mai</b>	188.555	127.417	16,28%
<b>Junho</b>	190.176	145.538	14,37%
<b>Média</b>			<b>15,57%</b>

### Controles Internos, Riscos e Governança Corporativa

O Conglomerado Rendimento mantém estrutura de Governança Corporativa e Controles Internos, aderentes às disposições da Resolução 2.554/98, do Conselho Monetário Nacional. Integra a estrutura de controles internos, as unidades responsáveis pela gestão focada em Riscos, Compliance, Prevenção de Lavagem de Dinheiro/Combate ao Financiamento do Terrorismo, Segurança da Informação e Auditoria Interna.

As atividades de controles internos são de responsabilidade das unidades de Governança Corporativa e Auditoria Interna do Conglomerado Rendimento, ambas subordinadas ao Diretor Superintendente, e são segregadas das áreas comprometidas com resultados.

A estrutura Governança abrange as Áreas de Compliance, Risco Operacional (Resolução 3.380/06), de Mercado (Resolução 3.464/07), de Liquidez (Resolução 4.090/12), de Crédito (Resolução 3.721/09), de Gerenciamento de Capital (Resolução 3.988/11) e procedimentos de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro e Segurança da Informação.

A gestão de riscos e de controles internos envolve um conjunto integrado de procedimentos e ações internas, visando mitigar possíveis perdas em operações de crédito, descausamento de prazos e de moedas em suas operações, falhas de processos, bem como subsídios a gestão de liquidez da organização. Tais atividades e procedimentos encontram-se disciplinadas em normativos internos do Conglomerado Rendimento e mantêm conformidade com leis e regulamentos.

### Risco Operacional

O Conglomerado Rendimento, em atendimento às exigências da Resolução 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional, implementou estrutura para gestão do risco operacional, com elaboração de Política Institucional e de procedimentos para detecção e avaliação de eventos que possam causar perdas, tais como: fraudes; descontinuidade de negócios; falhas de tecnologia da informação e processos inadequados.

Para a gestão do risco operacional, a organização prioriza a utilização de ferramentas e procedimentos preventivos, ante mecanismos de natureza reativa, visando com isso minimizar a ocorrência de eventos de risco operacional e, consequentemente de possíveis perdas.

A alocação de capital regulamentar, para suportar eventuais perdas em eventos de risco operacional, é calculada de acordo com a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, prevista na Circular 3.383/08, do Banco Central do Brasil.

### Ouvidoria

No que tange ao Direito do Consumidor, o Conglomerado Rendimento atende às disposições da Resolução 3.849/10, do Conselho Monetário Nacional. A unidade de Ouvidoria tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

A área de Ouvidoria atua independentemente das áreas de negócios do Conglomerado, proporcionando um relacionamento aberto e provido de imparcialidade da Empresa com Clientes, "Stakeholders" e com o público em geral. Tal dispositivo atende às manifestações recebidas através do Banco Central do Brasil, Órgão de Defesa do Consumidor, imprensa, cartas, telefones e e-mail.

### Risco de Mercado e Liquidez

O Conglomerado Rendimento atende às disposições das Resoluções 3.464/07 e 4.090/12, do Conselho Monetário Nacional, com a manutenção de estrutura para Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado tem por responsabilidade identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas, decorrentes da flutuação nos valores de mercado, das posições detidas pelo Conglomerado Rendimento. Esta gestão envolve principalmente os riscos das operações sujeitas à variação cambial e de taxas de juros. O monitoramento do risco de liquidez consiste em avaliar a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar, eficientemente, suas obrigações correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O Comitê de Tesouraria e Liquidez é realizado semanalmente com a presença do Diretor Superintendente, da Tesoureira e de outros profissionais da organização, com o objetivo de se analisar cenários de mercado e principalmente definir as estratégias de captação e aplicação de recursos.

### Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos de perdas, associados ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras, nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito, decorrente da deterioração na

classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação do Conglomerado Rendimento.

O Comitê de Crédito é responsável pela análise dos riscos de crédito associados às operações do Banco. Esse comitê se reúne de acordo com a Política definida pelo Conglomerado Rendimento e delibera sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito e aprova medidas corretivas e de planos de ação para minimizar o Risco de Crédito.

O Gerenciamento do Risco de Crédito, conforme as disposições da Resolução 3.721/09, é de responsabilidade do departamento de Governança Corporativa, que executa atividades segregadas da unidade de negociação e da unidade executora da auditoria interna.

### Política de Deferimento de Crédito

A política de deferimento de crédito, adotada pelo Banco Rendimento, tem por base negócios diversificados, pulverizados, amparados por garantias adequadas e destinados às pessoas e empresas idôneas que demonstrem capacidade de pagamento. As operações são realizadas com agilidade, segurança, rentabilidade, configurando qualidade e liquidez na aplicação dos ativos. As operações de crédito, do Banco Rendimento, são destinadas, quase integralmente às pessoas jurídicas do *Midlle-Market* nacional.

### Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo"

O Grupo Rendimento conta com programa desenvolvido para evitar e combater o uso de seus produtos e serviços na "lavagem" de dinheiro oriundo de atividades ilícitas, inclusive os ligados aos casos de corrupção e terrorismo. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro.

A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do grupo, bem como define política em linha com as melhores práticas internacionais no que se refere à prevenção e combate à "lavagem" de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

A política "conheça seu cliente", o programa de treinamento de funcionários, os processos e os sistemas de controles e monitoramento de operações permitem a identificação tempestiva de situações atípicas que, depois de analisadas por especialistas, são enviadas para deliberação da alta administração, quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades competentes, tendo ou não a operação sido realizada. As áreas de negócios, do Banco Rendimento, são responsáveis, em primeiro nível, por identificar e recusar negócios e operações que considerarem suspeitos ou atípicas, sendo a proposta de negócio atípica recusada e reportada à alta administração.

### Segurança da Informação

A política e as normas corporativas de segurança da informação contemplam a efetiva proteção dos ativos de informação, constituídos pelas bases de dados dos sistemas, documentos, arquivos com informações extraídas de sistemas e backup de dados, bem como aplicação de controles do framework de Segurança da Informação:

- Controle de Acesso;
- Análise de Vulnerabilidade;
- Criptografia;
- Monitoramento/compliance;
- Proteção de tráfego de informações;

Com o objetivo de preservar a total aderência dos controles internos e dos sistemas informatizados, são mantidos programas de treinamento, conscientização e revisões das políticas focadas na proteção dos dados restritos e de interesse exclusivo de clientes, bem como das informações estratégicas da Organização.

### Plano de Continuidade de Negócio

Quanto ao Plano de Continuidade de Negócios (PCN), do Banco Rendimento e empresas do Grupo, contam atualmente com equipe e gerência para assegurar que, em momentos de crise, a recuperação e a continuidade dos processos de negócios sejam efetivas, evitando ou minimizando perdas financeiras tanto para as empresas Rendimento como para os clientes.

### Estrutura de Gerenciamento de Capital

O Conglomerado Rendimento, por força de disposições da Resolução 3.988/11, do Conselho Monetário Nacional, implementou estrutura para Gerenciamento de Capital. A mencionada estrutura é responsável pelo monitoramento e controle do capital, mantido pela instituição, e pela avaliação de necessidade de capital para fazer face aos riscos ao qual a instituição está sujeita.

Foi elaborado Plano de Capital do Conglomerado Rendimento para o triênio 2013 a 2015, com projeções de receitas e despesas para o período, estimando-se a compatibilidade futura do índice de Basileia. A partir disso, passou a ser realizado monitoramento contínuo a fim de se observar se o Patrimônio de Referência, em períodos futuros, será suficiente para suportar todos os riscos que possam envolver os negócios das Instituições Financeiras Rendimento, bem como a consistência da política institucional para provisão do capital em níveis superiores aos requeridos legalmente.

### Auditores Independentes

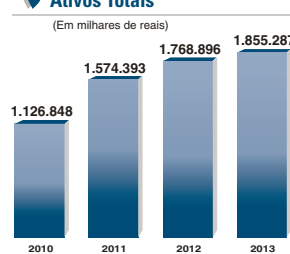
O Banco Rendimento S/A em consonância com o teor da Resolução 3.198/04, do Conselho Monetário Nacional, não contratou e nem teve serviços prestados pela Ernst & Young Tercero Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos.

### Agradecimentos

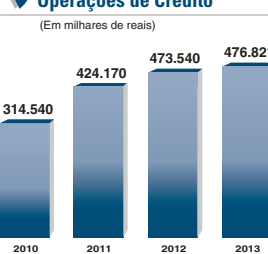
A administração do Conglomerado Rendimento agradece aos nossos clientes e parceiros do mercado financeiro, pela confiança em nós depositada, e o empenho de nossos Colaboradores.

A Diretoria

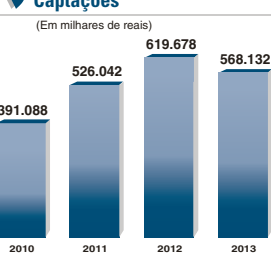
### Ativos Totais



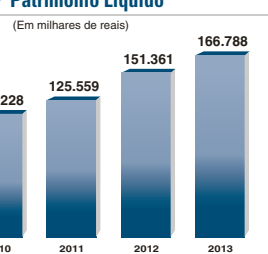
### Operações de Crédito



### Captações



### Patrimônio Líquido



### Lucro Líquido



## Balanços Patrimoniais - Semestres Findos em 30 de Junho de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2013	2012	PASSIVO	Nota	2013	2012
<b>Circulante</b> .....		<b>1.656.852</b>	<b>1.372.309</b>	<b>Circulante</b> .....		<b>1.307.380</b>	<b>1.142.079</b>
<b>Disponibilidades</b> .....	5	<b>262.471</b>	<b>229.812</b>	<b>Depósitos</b> .....	13	<b>265.968</b>	<b>220.777</b>
Disponibilidades.....		262.471	229.812	Depósitos a vista.....		45.121	59.900
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b> .....	6	<b>232.498</b>	<b>305.178</b>	Depósitos interfinanceiros.....		62.852	78.143
Aplicações no mercado aberto.....		169.234	257.027	Depósitos a prazo.....		93.172	59.920
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....		19.135	20.436	Depósitos em moeda estrangeira.....		64.823	22.814
Aplicações em moedas estrangeiras.....		44.129	27.715	<b>Captações no mercado aberto</b> .....	15	<b>8.916</b>	<b>7.290</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b> .....	7	<b>56.427</b>	<b>52.575</b>	Carteira própria.....		8.916	7.290
Carteira própria.....		10.275	11.751	<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b> .....	14	-	<b>1.868</b>
Vinculados operações compromissadas.....		8.932	7.297	Recursos de aceites e emissão de títulos - LCA.....		-	1.868
Vinculados a prestação de garantias.....		37.220	33.527	<b>Relações interfinanceiras</b> .....		<b>1.059</b>	<b>2.483</b>
<b>Relações interfinanceiras</b> .....		<b>14.093</b>	<b>12.080</b>	Relações interfinanceiras.....		1.059	2.483
Pagamentos e recebimentos a liquidar.....		10.186	8.247	<b>Relações interdependências</b> .....		<b>29.265</b>	<b>41.177</b>
Creditos vinculados ao Bacen.....		900	1.327	Recursos em trânsito de terceiros.....		29.265	41.177
Relações com correspondentes.....		3.007	2.506	<b>Obrigações por empréstimos</b> .....	14	<b>67.464</b>	<b>58.211</b>
<b>Operações de crédito</b> .....	9	<b>408.027</b>	<b>181.117</b>	Empréstimos no exterior.....		50.980	51.353
Operações de crédito.....		408.027	181.117	Empréstimos no país - Instituição oficial.....		16.484	6.858
Empréstimos e títulos descontados.....		397.758	178.252	<b>Outras obrigações</b> .....		<b>934.708</b>	<b>810.273</b>
Financiamentos.....		43.040	18.081	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....		5.772	4.841
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa).....		(32.771)	(16.216)	Carteira de câmbio.....	10	562.727	529.828
<b>Outros créditos</b> .....		<b>676.745</b>	<b>591.218</b>	Fiscais e previdenciárias.....	16a	16.377	18.315
Carteira de câmbio.....	10	585.225	555.641	Negociação e intermediação de valores.....	8c	-	3.199
Negociação e intermediação de valores.....	8c	3.017	-	Diversas.....	16b	349.832	254.090
Diversos.....	11	88.688	35.813	<b>Exigível a longo prazo</b> .....	13	<b>380.647</b>	<b>474.706</b>
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa).....		(185)	(236)	<b>Depósitos</b> .....		<b>302.164</b>	<b>398.901</b>
<b>Outros valores e bens</b> .....		<b>6.591</b>	<b>329</b>	Depósitos a prazo.....		302.164	398.901
Outros valores e bens.....		6.591	329	<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b> .....	14	<b>10.243</b>	-
Despesas antecipadas.....		641	329	Recursos de aceites e emissão de títulos - LCA.....		10.243	-
<b>Realizável a longo prazo</b> .....		<b>135.558</b>	<b>337.309</b>	<b>Obrigações por empréstimos</b> .....		<b>26.147</b>	<b>48.225</b>
Realizável a longo prazo.....		135.558	337.309	Repasses no país - Instituição oficial.....	14	26.147	48.225
<b>Operações de crédito</b> .....	9	<b>68.794</b>	<b>292.423</b>	<b>Outras obrigações</b> .....		<b>42.093</b>	<b>27.580</b>
Operações de crédito.....		68.794	292.423	Fiscais e previdenciárias.....	16a	37.307	26.527
Empréstimos e títulos descontados.....		43.936	218.388	Diversas.....	16b	4.786	1.053
Financiamentos.....		26.182	77.035	<b>Resultados de exercícios futuros</b> .....		<b>472</b>	<b>750</b>
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa).....		(1.324)	-	Resultados de exercícios futuros.....		472	750
<b>Outros créditos</b> .....		<b>66.764</b>	<b>44.886</b>	<b>Resultados de exercícios futuros</b> .....		<b>472</b>	<b>750</b>
Diversos.....	11	66.764	44.886	<b>Capital</b> .....	19	<b>166.788</b>	<b>151.361</b>
<b>Permanente</b> .....		<b>62.877</b>	<b>59.279</b>	<b>Capital</b> .....		<b>85.316</b>	<b>85.316</b>
Investimentos.....		52.855	48.323	De domicílios no país.....		85.316	85.316
Participações em controladas - no País.....	12	52.807	48.267	<b>Reserva de lucros</b> .....		<b>70.687</b>	<b>66.045</b>
Títulos patrimoniais.....		2	2	<b>Lucros acumulados</b> .....		<b>10.785</b>	-
Outros investimentos.....		46	54				
<b>Imobilizado de uso</b> .....		<b>6.826</b>	<b>7.697</b>				
Imóveis de uso.....		677	1.865				
Outras imobilizações de uso.....		11.500	11.271				
(Depreciações acumuladas).....		(5.351)	(5.439)				
<b>Diferido</b> .....		<b>318</b>	<b>721</b>				
Gastos de organização e expansão.....		3.836	4.011				
(Amortização acumulada).....		(3.518)	(3.290)				
<b>Intangível</b>							

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Semestres Fintos em 30 de Junho de 2013 e 2012**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

**e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**  
 As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 9.

**f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("Impairment")**  
 O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

**g) Investimentos**  
 Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

**h) Imobilizado, diferido e intangível**  
 Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

O ativo diferido é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do balanço e representado, basicamente, por benfeitorias em imóveis de terceiros, amortizadas pelo prazo contratual de locação, e gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares, amortizados pelo prazo de cinco anos. Os saldos existentes no ativo diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 3.617/08 do Banco Central do Brasil (BACEN), serão mantidos até a sua efetiva baixa.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

**i) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses**  
 São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exatíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata dia" sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

**j) Imposto de renda e contribuição social**  
 As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pelo alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício (R\$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseadas nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

**k) Operações de câmbio**  
 São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base "pro rata dia"), as variações cambiais auferidas, e provisão para perdas, quando aplicável.

**l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**  
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

**Contingências ativas:** não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

**Contingências passivas:** são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

**Obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

**b) Composição da carteira**

	2013	2012
Setor privado:		
Indústria.....	120.878	157.799
Comércio.....	36.294	29.067
Intermediação financeira.....	9.684	311.970
Outros serviços.....	360.613	8.320
Pessoas físicas.....	12.477	11.633
<b>Total da carteira por ramo de atividade</b> .....	<b>539.946</b>	<b>518.789</b>

**c) Composição da carteira por vencimento**

	2013	2012
A vencer:		
Até 180 dias.....	293.055	319.707
De 181 a 360 dias.....	104.055	101.550
Acima de 360 dias.....	88.963	65.305
Vencidas:		
Até 60 dias.....	15.562	7.323
De 61 a 180 dias.....	18.547	10.627
De 181 a 360 dias.....	1.960	6.356
Acima de 360 dias.....	17.809	7.921
<b>Total da carteira por vencimento</b> .....	<b>539.946</b>	<b>518.789</b>

**d) Concentração da carteira**

	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores.....	156.649	29,01	134.122	25,86
50 seguintes maiores devedores.....	227.862	42,20	230.559	44,44
100 seguintes maiores devedores.....	127.684	23,65	126.804	24,40
Seguintes maiores devedores.....	27.749	5,14	27.504	5,30
<b>Total da carteira</b> .....	<b>539.946</b>	<b>100</b>	<b>518.789</b>	<b>100</b>

**e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**  
 A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, para os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, está distribuída entre os seguintes níveis de risco:

Nível de Risco	% Provisão	2013			Provisões
		A vencer	Vencidas	Total	
A.....	1	368.777	4.193	372.970	(1.865)
B.....	1	77.486	1.198	78.684	(787)
C.....	3	30.587	7.517	38.104	(1.143)
D.....	10	6.069	5.149	11.218	(1.122)
E.....	30	2.438	6.122	8.561	(2.569)
F.....	50	6	7.157	7.164	(3.582)
G.....	70	-	109	109	(76)
H.....	100	710	22.428	23.138	(23.136)
<b>Total</b> .....		<b>486.073</b>	<b>53.871</b>	<b>539.946</b>	<b>(34.280)</b>

Nível de Risco	% Provisão	2012			Provisões
		A vencer	Vencidas	Total	
A.....	0,5	388.664	2.354	392.018	(1.960)
B.....	1	76.501	2.468	78.969	(790)
C.....	3	10.460	2.411	12.871	(386)
D.....	10	9.195	7.520	16.715	(1.672)
E.....	30	13	2.449	2.462	(739)
F.....	50	306	5.351	5.657	(2.843)
G.....	70	69	6.644	6.713	(4.699)
H.....	100	324	3.040	3.364	(3.363)
<b>Total</b> .....		<b>486.562</b>	<b>32.227</b>	<b>518.789</b>	<b>(16.452)</b>

**f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**  
 A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações:

	2013	2012
Saldo inicial.....	(24.483)	(12.972)
Constituição.....	(14.236)	(7.823)
Reversão.....	2.963	3.064
Baixas de créditos contra prejuízo.....	1.476	1.279
<b>Saldo final</b> .....	<b>(34.280)</b>	<b>(16.452)</b>

**g) Créditos renegociados e recuperados**  
 Os créditos renegociados, no semestre findo em 30 de junho de 2013, totalizam R\$ 9.594 (2012 - R\$ 1.403). Os créditos recuperados, no semestre findo em 30 de junho de 2013, totalizam R\$ 2.897 (2012 - R\$ 30).

**10. Carteira de câmbio**  
 Em 30 de junho de 2013 e 2012, a carteira de câmbio do Banco está formada como segue:

	2013	2012
<b>Ativo</b>		
Câmbio comprado a liquidar.....	294.244	250.598
Direitos sobre venda de câmbio.....	309.930	312.813
(-) Adiantamentos em moeda nacional recebidas.....	(10.491)	(8.987)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 9a).....	1.542	1.217
<b>Total do ativo</b> .....	<b>585.225</b>	<b>555.641</b>
<b>Passivo</b>		
Câmbio vendido a liquidar.....	326.947	314.551
(-) Importação financiada - Câmbio contratado (Nota 9a).....	-	(598)
Obrigações por compra de câmbio.....	263.251	243.074
(-) Adiantamento de contrato de câmbio (Nota 9a).....	(27.488)	(27.218)
Obrigações por vendas realizadas.....	17	19
<b>Total do passivo</b> .....	<b>567.122</b>	<b>529.828</b>

**11. Outros créditos - Diversos**

	2013	2012
Dependência no país (i).....	28.321	12.702
Devedores por depósito em garantia (Nota 25b).....	35.476	27.392
Títulos e créditos a receber - "Resellers" - VTM (ii).....	52.888	14.970
Crédito tributário (Nota 17b).....	31.288	17.494
Outros devedores diversos - País.....	941	1.869
Imposto de renda a compensar.....	4.748	5.261
Outros.....	1.790	1.011
<b>Total</b> .....	<b>155.452</b>	<b>80.699</b>
<b>Curto prazo</b> .....	<b>88.688</b>	<b>35.813</b>
<b>Longo prazo</b> .....	<b>66.764</b>	<b>44.886</b>

(i) Refere-se, basicamente, a saldo de dependência no país de operações de câmbio, liquidadas em D+1.

(ii) Refere-se, basicamente, a liquidação das vendas do produto Visa Traveller Money (VTM), com o Banco, por parte das Distribuidoras/Controladoras de câmbio (Resellers) que comercializam o produto.

**12. Participação em Controladas**

	2013		
	Rendimento Serviços Financeiros Ltda.	BBN - Banco Brasileiro de Negócios S/A	Total
<b>Na controlada</b>			
Patrimônio líquido.....	12.444	38.294	50.738
Resultado do semestre.....	23	513	536
<b>No Banco:</b>			
Participação no capital (%).....	99,99	100	100
Ágio.....	-	2.070	2.070
Valor do investimento.....	12.443	38.294	50.737
Equivalência patrimonial.....	23	514	537

**Na controlada**  
 Patrimônio líquido..... 8.950 37.247  
 Resultado do semestre..... (66) 505

**No Banco:**  
 Participação no capital (%)..... 99,99 100,00  
 Ágio..... - 2.070  
 Valor do investimento..... 8.950 39.317  
 Equivalência patrimonial..... (66) 465

(i) Em 24 de maio de 2012, o Banco Rendimento adquiriu as ações dos acionistas minoritários do BBN - Banco Brasileiro de Negócios S/A correspondente a 13,33% do capital. Por ocasião desta aquisição e com base em estudo de viabilidade econômica realizado pela Administração, foi apurado ágio de R\$ 2.070.

(ii) Durante os meses de março, abril e maio 2012 foi realizado aporte de capital na Rendimento Serviços no montante de R\$ 3.000.

**13. Depósitos**

	2013				Total	2012
	Sem vencimento	Até 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Depósito a vista.....	45.121	-	-	-	45.121	59.900
Depósito a prazo.....	-	58.971	34.201	302.164	395.336	458.821
Depósito em moeda estrangeira.....	64.823	-	-	-	64.823	22.814
Depósitos interfinanceiros.....	-	61.261	1.591	-	62.852	78.143
<b>Total dos depósitos</b> .....	<b>109.944</b>	<b>120.232</b>	<b>35.792</b>	<b>302.164</b>	<b>568.132</b>	<b>619.678</b>

**14. Obrigações por empréstimos e repasses e recursos de aceites e emissão de títulos**

	2013				Total	2012
	Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias		
<b>Obrigações por empréstimos</b>						
Empréstimos no exterior (i).....	-	29.994	20.986	-	50.980	51.353
<b>Obrigações por repasses</b>						
Repasses do país - Instituições oficiais.....	-	3.215	13.269	26.147	42.631	55.083
<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>						
Recursos de crédito do agronegócio.....	-	-	-	10.243	10.243	1.868
<b>Total</b> .....	-	<b>33.209</b>	<b>34.255</b>	<b>36.390</b>	<b>103.854</b>	<b>108.304</b>

(i) Constituída por linha de crédito junto a banqueiros no exterior, renovável mensalmente, com remuneração da taxa "Libor" acrescida de cupom de 1% a.a.

**15. Captações no mercado aberto**

	2013	2012
<b>Carteira própria</b>		
Vencimento até 90 dias.....	8.916	7.290
Letras Financeiras do Tesouro (LFT).....	8.916	7.290

**16. Outras obrigações**

**a) Fiscais e previdenciárias**

	2013	2012
<b>Circulante</b> .....	<b>16.377</b>	<b>18.315</b>
Impostos e contribuições a recolher.....	2.849	2.522
Impostos e contribuições sobre os lucros.....	13.528	15.793
<b>Exigível a longo prazo</b> .....	<b>37.307</b>	<b>26.527</b>
Provisão para riscos fiscais (Nota 25b).....	37.307	26.527
<b>Total</b> .....	<b>53.684</b>	<b>44.842</b>

**b) Diversas**

	2013	2012
<b>Circulante</b> .....	<b>349.832</b>	<b>254.090</b>
Checkes administrativos.....	1	113
Obrigações por prestação de serviços.....	3.198	5.480
Provisão para pagamentos a efetuar.....	9.194	9.930
Credores diversos no exterior (i).....	332.379	233.205
Credores diversos no país.....	5.046	5.348
Valores a pagar sociedades ligadas (Nota 18).....	14	14
<b>Exigível a longo prazo</b> .....	<b>4.786</b>	<b>1.053</b>
Provisão para passivos contingentes (nota 25b).....	4.786	1.053
<b>Total</b> .....	<b>354.618</b>	<b>255.143</b>

(i) Refere-se substancialmente a cartões "pré-pagos" (Visa Travel Money).

**17. Imposto de renda e contribuição social**

**a) Conciliação das despesas das provisões do imposto de renda e da contribuição social para os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012**

	2013		2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social.....	21.611	21.611	33.909	33.909
<b>Adições:</b>				
Despesas com brindes.....	64	64	78	78
Complemento de CSLL de exercícios anteriores.....	-	-	685	685
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	11.270	11.270	4.759	4.759
Provisão para riscos fiscais.....	6.085	6.085	4.650	4.650
Provisão para contingências trabalhistas.....	1.350	1.350	-	-

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Semestres Findos em 30 de Junho de 2013 e 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais)

continuação	2013	2012
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Descontos concedidos em renegociação	116	173
Bônus diretoria	272	-
Contribuição social - Exerc. anteriores	-	685
Juros, multa e correção - Alargamento	159	224
Auto de infração tributos municipais	1.667	-
Outras	28	248
<b>Total</b>	<b>2.242</b>	<b>1.330</b>

**24. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros**  
A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, em 30 de junho de 2013, correspondiam a R\$125.412 (R\$106.812 em 2012), não sendo esperadas perdas não provisionadas em relação às mesmas.

**25. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**

**a) Ativos contingentes**  
Em 30 de junho de 2013 e 2012, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

**b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais**

(i) Provisões trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

(ii) Provisões fiscais e previdenciárias - As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos, substancialmente, representado pelo seguinte processo:

- Contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e da COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essa causa, o montante provisionado é de R\$ 37.307 e está provisionado no passivo exigível a longo prazo na rubrica "outras obrigações fiscais e previdenciárias".
- Contestação quanto a base de Receita de Câmbio e de Rendimentos defendida pelo Fisco Municipal como tributável. O montante provisionado é de R\$ 2.704.

As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no semestre, estão a seguir apresentadas:

	Provisão para contingências			2012
	2013	2012		
	Trabalhistas	Fiscais	Total	Total
<b>Saldo no início do semestre</b>	<b>3.436</b>	<b>31.222</b>	<b>34.658</b>	<b>23.377</b>
Constituições	1.350	6.085	7.435	4.946
Realizações/reversões	-	-	-	(743)
<b>Saldo no final do semestre</b>	<b>4.786</b>	<b>37.307</b>	<b>42.093</b>	<b>27.580</b>
	Depósitos judiciais			2012
	2013	2012		
	Trabalhistas	Fiscais	Total	Total
<b>Saldo no início do semestre</b>	<b>924</b>	<b>29.144</b>	<b>30.068</b>	<b>23.377</b>
Constituições	132	5.276	5.408	4.946
Realizações/reversões	-	-	-	(743)
<b>Saldo no final do semestre</b>	<b>1.056</b>	<b>34.420</b>	<b>35.476</b>	<b>27.580</b>

**c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis**

Em 30 de junho de 2013, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 30 processos de natureza cível, fiscal e trabalhista que somam, com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes R\$ 516 e estão representados, substancialmente, pelos seguintes processos:

- Ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos;
- Ações indenizatórias, decorrentes da realização de operações com cartões;
- Ações trabalhistas;
- Auto de infração e apreensão, decorrentes da realização de operações de câmbio.

**d) Órgãos reguladores**

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Banco Rendimento.

**26. Limites operacionais**

O Patrimônio de Referência Exigido (PRE), obtido de acordo com os normativos em vigor, está demonstrado, a seguir:	
Risco de crédito	105.060
Risco de exposição cambial	9.622
Risco de taxas de juros	181
Risco de cupom de moedas	1.614
Risco operacional	29.061
Patrimônio de referência exigido	145.538
Patrimônio de referência	190.176
<b>Margem de patrimônio</b>	<b>41.643</b>

O índice da Basileia, para a data-base de 30 de junho de 2013, apurado de acordo com o estabelecido na Resolução nº 2.099/94, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 3.444/07 e 3.490/07, e Circular nº 3.360/07, é de 14,37% (2012 - 14,74%) para o Conglomerado Financeiro.

**27. Gestão de riscos**

A Gestão de Riscos é considerada um instrumento essencial para a otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação Risco x Retorno para os acionistas. A gestão focada em riscos é disciplinada por políticas e procedimentos definidos e aprovados pela Alta Administração, que deverão ser seguidos pelas áreas de negócios e monitorados de forma independente pela área de controles internos. As definições estratégicas de maior relevância são realizadas por meio de Comitês Específicos em função da matéria tratada.

As principais estruturas para a gestão de riscos encontram-se subordinadas ao Diretor Superintendente, com execução atribuída à Área de Governança Corporativa, que também responde pelas unidades de Prevenção de Lavagem de Dinheiro e Combate Financiamento do Terrorismo, Atividades de Compliance e de Segurança da Informação.

**I - Risco de Mercado**

É o risco associado à probabilidade de que a variação, no valor de ativos e passivos, causada pelas incertezas acerca das mudanças nos preços e taxas de mercado, gere perdas para a instituição. O controle do risco de mercado é realizado por equipe especializada e que executa as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Adicionalmente realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando o atendimento ao órgão regulador brasileiro.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

**Valor em Risco (VaR)** - O processo de análise de risco quantifica a exposição utilizando limites de risco baseados em critérios estatísticos (VaR Estatístico: nível de confiança adequado - é uma medida estatística que estima a perda potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos), simulações de estresse (VaR Estressado - é uma medida que estima a perda em condições extremas de mercado a partir de cenários de estresse) e capital econômico alocado.

Os limites e a exposição aos riscos de mercado são relativamente baixos quando comparados ao Patrimônio Líquido da instituição, de acordo com a administração dos riscos.

**Testes de Estresse** - Os testes de estresse são baseados nos cenários divulgados pela BM&F. São utilizados quatro cenários, sendo 2 para taxas de juros prefixadas e 2 para câmbio. Para taxa de juros utiliza-se os cenários alta 3 e baixa 3 e para o câmbio utiliza-se um choque de 10% tanto para alta como para baixa. Esses testes são realizados diariamente.

De acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3.354/07 do Conselho Monetário Nacional e no Novo Acordo de Capitais - Basileia II, a análise é aplicada integralmente às carteiras trading e banking, cujas exposições sofrem impactos significativos sobre o resultado corrente da instituição.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado do Conglomerado, alinhada com os conceitos do Comitê de Basileia, constitui um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da Instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado.

**II - Risco de Crédito**

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e a mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação do Conglomerado Rendimento. O Comitê de Crédito é responsável pela análise dos riscos de crédito associados às operações do Banco. Esse comitê se reúne de acordo com a Política definida pelo Conglomerado Rendimento e delibera sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito e aprova medidas corretivas e de planos de ação para minimizar o Risco de Crédito. O Gerenciamento do Risco de Crédito é de responsabilidade da Área de Governança Corporativa, que executa atividades segregadas da unidade de negociação e da unidade executora da auditoria interna.

**III - Risco Operacional**

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380/06, do CMN, o Conglomerado Financeiro definiu uma política de gerenciamento do risco operacional.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

A partir de 01 de julho de 2008 entrou em vigor a legislação do Banco Central do Brasil (BACEN), obrigando as instituições financeiras a alocar capital para risco operacional. O Conglomerado Financeiro optou pela utilização da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

**IV - Risco de Liquidez**

O monitoramento do risco de liquidez consiste em avaliar a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O Comitê de Liquidez é realizado toda segunda-feira com a presença do Diretor Superintendente e da Tesoureira, onde são apresentados o panorama do mercado, caixa e captação.

**V - Estrutura de Gerenciamento de Capital**

O Conglomerado Rendimento, seguindo as normas contidas na Resolução 3.988/11, do Conselho Monetário Nacional, implementou uma estrutura para Gerenciamento de Capital, que é responsável pelo monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, avaliação de necessidade de capital para fazer face aos riscos a qual a instituição está sujeita e planejamento de metas.

A partir de 01.01.2013, foi elaborado um Plano de Capital para o triênio 2013 a 2015, que apresenta como um de seus objetivos a identificação das fontes de capital para manter o Patrimônio de Referência do Conglomerado Rendimento em nível suficiente para atender as exigências de capital regulamentar mínimo (11%). A organização utiliza-se apenas do Capital de Nível 1 e sua manutenção é realizada a partir do capital próprio e mais a retenção de parte dos resultados gerados com o objetivo de se manter o Índice de Basileia em torno de 15/16%, ou seja, com certa folga (em torno de 4/5%).

A DIRETORIA

EMILIO BRUNO - Contador - C.R.C. 1SP166.726/O-0

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos  
Acionistas e aos Administradores do  
**Banco Rendimento S/A**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Rendimento S/A ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria,

conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Base para opinião com ressalva - Limitação de escopo**

Em 30 de junho de 2013, o Banco possui R\$ 262.471 mil de disponibilidades conforme apresentado na Nota 5 para os quais

não foi possível a obtenção de confirmações externas no montante de R\$ 62.465 mil ou outra evidência que nos possibilitassem concluir sobre a adequação dos registros efetuados. Diante desse fato, ficamos limitados na extensão de procedimentos para concluir sobre o saldo de R\$ 62.465 mil.

**Opinão**

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto mencionado no parágrafo anterior, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Rendimento S/A em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

São Paulo, 23 de agosto de 2013.

**EY**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP015199/O-6

**Emerson Morelli**  
Contador  
CRC-1SP249401/O-4

**Eduardo Wellichen**  
Contador  
CRC-1SP184050/O-6

**COTAÇÃO**  
Empresa do Grupo Rendimento

**A mais completa solução em câmbio.**

**Produtos de Câmbio**

Cartões de Viagem (MasterCard® e Visa), Papel Moeda, Travelers Cheques.

**Transferências Internacionais\***

- Remessa ao exterior;
- Pagamento de cursos, congressos e encomendas;
- Transferências de patrimônio.

\* Operação realizada pelo Banco Rendimento.

**www.cotacao.com.br | 4002-1010**

Ouvidoria do Grupo Rendimento - ouvidoria@rendimento.com.br - 0800 722 0132 (das 9h às 18h, dias úteis).